

KNOW-HOW
3000

Experience

IN DETAIL

A Luta e a Conquista da Terra pelos Trabalhadoras/es Sem Terra no Engenho Prado – Tracunhaém, Brasil



HORIZONT
3000

AUSTRIAN ORGANISATION
FOR DEVELOPMENT COOPERATION

Índice

Índice.....	2
Índice de Gráficos.....	2
Lista de Abreviaturas.....	2
1. Informação Geral.....	3
2. Contexto da Experiência.....	3
3. Características Principais da Experiência.....	3
4. Partes Interessadas e Organizações Parceiras.....	4
5. Recursos.....	5
6. Impacto da Experiência / Prática.....	5
7. Lições aprendidas.....	5
8. Desafios.....	5
9. Sustentabilidade.....	6
10. Compartilhando a Experiência.....	6

Índice de Gráficos

Figura 1 Localização da experiência.....	3
--	---

Lista de Abreviaturas

CPT	Comissão Pastoral da Terra Nordeste
DKA	Dreikönigsaktion - Agência de Cooperação do Movimento de Katholische Jungschar Austria
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Imprint

Experience in Detail

*“A luta e a conquista da terra
pelos trabalhadoras/es Sem
Terra no Engenho Prado –
Tracunhaém, Brasil”*

Publicado em

Vienna, Janeiro 2017

por

HORIZONT3000

www.horizont3000.at

Editado por

CPT - Comissão pastoral da
Terra Nordeste 2

e

HORIZONT3000

Com o apoio da

Cooperação Austríaca para o
Desenvolvimento (CAD)

e

as Organizações Membros de
HORIZONT3000

Contato

Renata Albuquerque

comunicacaocptne@gmail.com

¹ DKA Austria - Agência de cooperação do Movimento de Katholische Jungschar Austria, Movimento dos Homens Católicos da Áustria – KMBÖ, Movimento de Mulheres Católicas da Áustria – kfbö, Caritas Áustria, Seção de missão e desenvolvimento da Arquidiocese de Viena, Casa do Mundo Diocese Graz-Seckau, Irmãos e Irmãs necessitados - Diocese Innsbruck, Irmãos e Irmãs necessitados - Ação Católica Caríntia

1. Informação Geral

A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra no Engenho Prado – Tracunhaém/Pernambuco no Brasil é uma experiência acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra – Regional Nordeste II. A CPT é um serviço à causa dos homens e mulheres pobres do campo brasileiro, aos quais presta apoio e assessoria na organização em vista da defesa de seus direitos, e da conquista de espaços econômicos, políticos, sociais e culturais.

A história de luta do povo do Prado é uma história de rebeldia do povo do campo. Estas famílias vivenciaram o que pode ser considerado um dos mais prolongados e violentos conflitos pela terra na Zona da Mata de Pernambuco nos últimos anos. Durante esse período, vários acontecimentos marcaram a luta pela terra no engenho. Entre elas, muitas ações de resistência e rebeldia protagonizadas pelas famílias. Também marcaram a história da luta do povo do Prado muitos episódios de violência, como perseguições, mortes, destruições e despejos que foram enfrentados com muita determinação pelas famílias. Por isso, consideramos a experiência do povo do Prado uma história que deve ser compartilhada com outras organizações sociais que visam incentivar as iniciativas de homens e mulheres que se levantam contra a realidade de injustiça social e concentração de terras.



Figura 1 Localização da experiência

2. Contexto da Experiência

O município de Tracunhaém é a zona da mata norte do estado de Pernambuco – Nordeste do Brasil. A experiência foi realizada em um período de nove anos, de 1997 até 2005.

O grupo sem terra que ocupou o Engenho Prado era formado por famílias oriundas do campo. Seus pais e mães nasceram nos engenhos da região, eram moradores e moradoras dos sítios, trabalhavam na agricultura ou cortavam cana para as usinas. Entretanto, o funcionamento do monocultivo da cana-de-açúcar se dava da seguinte forma: ao se expandir, a usina “engolia” os engenhos, que, por sua vez, “engoliam” os sítios dos moradores, que, por consequência, iam morar nas periferias das cidades da Zona da Mata, ou nas “pontas de ruas”, como os trabalhadores e trabalhadoras costumam chamar. Essa lógica de expulsão das famílias do campo garantia para as usinas uma grande quantidade de mão de obra barata, além de grandes extensões de terras. As famílias, antes moradoras dos engenhos, passaram a viver em condições desumanas nas periferias das cidades da Zona da Mata, exploradas pelo monocultivo da cana-de-açúcar. Assim viveram por gerações. Em 1997, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais decidiu não aceitar mais o destino que lhes era imposto. Organizaram-se e se revoltaram em luta, com um grande objetivo: mudar de vida! O desafio foi grande. As famílias decidiram ocupar as terras da usina Santa Tereza, de propriedade do Grupo João Santos, um dos mais poderosos do Nordeste e do Brasil. As famílias ocuparam as terras no intuito de reivindicar, junto ao INCRA, a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária.

A participação política das mulheres trabalhadoras rurais foi essencial. Elas cumpriram papel determinante para a conquista da terra no Engenho Prado. Motivadas e encorajadas a mudar a vida de suas famílias, as mulheres, desde o início, ocuparam todos os espaços de organização, tendo participação atuante nas comissões e assembleias realizadas no acampamento, assim como em todas as mobilizações, reuniões, articulações e contato com imprensa.

3. Características Principais da Experiência

A experiência de ocupação de terras tem sido um forte instrumento de reivindicação da Reforma Agrária, utilizado por trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra desde a década

de 80. Sem a ocupação e a organização das famílias sem terra, dificilmente são desapropriadas terras para fins de Reforma Agrária no país. A experiência da luta do povo do Prado teve início com a ocupação da Usina Santa Tereza, ocorrida em 1997. Os principais sujeitos envolvidos nesta experiência foram cerca de 300 famílias sem terra, com o apoio dado pela CPT durante todo o período. Uma série de organizações sociais, movimentos de luta pela terra, sindicatos e também pessoas físicas contribuíram e prestaram solidariedade às famílias e à causa em diversos momentos de violência.

A experiência foi iniciada em 1997, quando os trabalhadores e trabalhadoras sem terra que viviam nas periferias dos municípios da Zona da Mata começaram a se reunir, com o apoio da CPT. Através de um processo organizativo e de formação, as famílias sem terra foram se fortalecendo na perspectiva de ocupar as terras do Grupo João Santos, com o objetivo de reivindicá-la para fins de Reforma Agrária.

“Quando a gente começou a nossa luta, diziam que ninguém conseguia mexer no que era de João Santos.”

Marilene Ferreira

Em fevereiro de 1997, as famílias ocuparam o Engenho Prado e deram início a uma luta que duraria anos e que transformaria suas vidas e a história da região. As famílias ficaram acampadas em cerca de 500 hectares de terra e imediatamente começaram o cultivo de alimentos. A experiência foi um processo participativo em todas as suas etapas, uma vez que as famílias estiveram presentes, não somente resistindo no acampamento, mas também nas audiências realizadas com órgãos governamentais, em viagens à Brasília, no acompanhamento ao processo jurídico, no contato com a imprensa e nas tomadas de decisões sobre as estratégias que deveriam ser postas em prática.

O objetivo da experiência foi a conquista do direito a terra por famílias de trabalhadores rurais sem terra, na região da Zona da Mata do estado de Pernambuco.

As famílias, com o apoio da CPT, tiveram a ocupação da terra como o primeiro método para a realização da experiência. A ocupação de latifúndios tem sido a principal ação de famílias sem terra, além de uma importante forma de pressionar o governo brasileiro a desapropriar terras para fins de reforma agrária. Trata-se de uma prática e acontecimento histórico que ocorre como fruto de uma intensa desigualdade social e concentração de terras que, ao longo da história do país, expulsou milhares de homens e mulheres do campo.

Após a ocupação da terra, o método de organização do grupo para manter-se acampado na área pode ser destacado como um elemento fundamental para a resistência das famílias e para o enfrentamento dos desafios. As famílias, imediatamente após a ocupação, formaram diversas comissões que assumiam tarefas específicas para garantir o bom andamento do acampamento. Foram formadas comissões de vigilância, alimentação, limpeza, saúde e remédio, comunicação, coordenação, tesouraria e secretaria. As comissões eram agregadas umas às outras e havia realização de reuniões e assembléias, onde eram decididas coletivamente as estratégias que deveriam ser tomadas para pressionar os órgãos governamentais a agilizarem a desapropriação do latifúndio.

As famílias ocuparam as terras para que fosse possível cultivá-la e produzir alimentos saudáveis. Por isso, logo após a ocupação, as famílias iniciaram imediatamente o plantio de alimentos. Este fator foi essencial para que as famílias pudessem permanecer no local. Com os alimentos produzidos na terra ocupada, estava garantida boa parte da subsistência das famílias e a comercialização em feiras locais.

4. Partes Interessadas e Organizações Parceiras

Os seguintes grupos/instituições principais estiveram envolvidos na realização da experiência:

- Grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, composto por cerca de 300 famílias. Estes foram os protagonistas da experiência

- A CPT, que esteve junto com os trabalhadores em todos os momentos, através de uma presença profética, prestando apoio político, pedagógico, jurídico e incentivando as famílias nos momentos mais difíceis
- A igreja, entidades de apoio, sindicatos e movimentos sociais, que ao logo da experiência expressaram solidariedade às famílias sem terra
- O estado, através do governo do estado e do governo federal, ministérios, secretarias estaduais, INCRA e demais órgãos responsáveis por tratar a temática
- Usina Santa Tereza/Grupo João Santos - então proprietário da terra, considerada improdutiva e que foi alvo de reivindicação dos trabalhadores.

5. Recursos

Destacamos os recursos humanos envolvidos na experiência como os agentes pastorais da equipe CPT da mata norte de Pernambuco e a equipe de advogados da CPT, que se dedicaram em tempo quase integral ao conflito no Engenho Prado, na época em que este ocorreu.

6. Impacto da Experiência / Prática

A experiência de luta pela conquista da terra no Engenho Prado transformou a vida das 300 famílias de trabalhadores rurais sem terra. As famílias, que antes viviam nas periferias das cidades em condições subhumanas, hoje possuem moradia digna e terra para produzir alimentos. Muitos homens e mulheres trabalhavam, antes da ocupação, em condições degradantes nas usinas de cana-de-açúcar da região. Hoje, são donos e donas de seu próprio destino e trabalho. A soberania alimentar também é um aspecto importante a ser ressaltado. Por viverem submetidas às condições de trabalho degradantes, e por não possuírem terra para plantio, as famílias, antes de ocuparem as terras, não tinham garantia de alimentação adequada. Esta realidade foi transformada a partir da luta para a conquista da terra. Hoje, os trabalhadores e trabalhadoras rurais produzem alimentos saudáveis, sem utilização de veneno,

alimentam seus filhos e comercializam os produtos em feiras locais.

A experiência contribuiu para a inovação das condições de vida dos homens e mulheres. Além dos aspectos citados na questão anterior, ressaltamos que a coletividade, a partilha e solidariedade, enxergadas como princípios a serem seguidos e defendidos durante toda a experiência, foram fundamentais para a conquista do direito à terra e transformaram o modo como esses homens e mulheres se organizam e se relacionam com o mundo.

7. Lições aprendidas

Para expressar as lições aprendidas, compartilhamos o depoimento de uma das trabalhadoras rurais sobre a experiência:

“Aprendi a repartir e o valor do coletivo, onde o pouco se torna muito. Todos juntos, uma só voz para chegarmos juntos. Aprendi a união, a solidariedade das pessoas conosco. Sozinho, a gente não chega em lugar nenhum. Aprendi o compromisso com a luta e o porque de nós estarmos aqui. Sonhos, ideais. Temos que educar os filhos para que estejam na luta daqui a 20 anos. Temos que educar para o valor da conquista da terra. Se não educar, vão trabalhar para o patrão na fábrica.”

Ana Paula da Silva Florênci

8. Desafios

Um dos desafios principais foi a violência protagonizada pelas milícias armadas do Grupo João Santos, proprietário das terras, e pelo Estado, através de ações como despejos, perseguições, destruições de lavouras, casas, escolas, intimidações, etc; a influência do latifúndio nos poderes locais e no poder judiciário; a morosidade dos órgãos governamentais em dar andamento e agilizar o processo de desapropriação das terras para fins de reforma agrária.

O protagonismo, resistência e organização das famílias foram elementos decisivos para o enfrentamento dos desafios e de todas as adversidades ocorridas, com a presença e o apoio da CPT em todos os momentos da experiência. A realização de mobilizações para

pressionar os órgãos governamentais, a elaboração de denúncias nacionais e internacionais sobre as violências sofridas e o estabelecimento de parcerias e articulações com outros trabalhadores rurais e movimentos sociais foram também formas encontradas para enfrentar os desafios.

Após a conquista da terra, novos desafios surgiram para estas famílias de trabalhadores rurais. Não são mais os mesmos desafios da época em que encontravam-se acampadas, lutando pela terra. Hoje, com a terra conquistada, as famílias tem que enfrentar a lentidão do Estado para efetivação de políticas sociais que garantam a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo, como moradia digna, assistência técnica, educação do campo, saúde e transporte. Também há o desafio da consolidação da autonomia destas famílias, a partir da produção e comercialização de alimentos saudáveis, sem a utilização de venenos e com o fortalecimento da agricultura camponesa.

9. Sustentabilidade

Consideramos estratégica a participação das famílias na elaboração e execução de atividades, na realização de reuniões periódicas para refletir sobre a experiência, nas conquistas e nos novos desafios. Nesse processo, as famílias criam organicidade, se fortalecem, debatem estratégias de atuação e de mobilização de recursos, de parcerias e redes. Assim, a comunidade, além de consolidar cada vez mais o seu protagonismo e sua autonomia, contribui para o fortalecimento da organização que a apoia.

10. Compartilhando a Experiência

Qualquer ação feita deverá, em primeiro lugar, dar voz às comunidades camponesas, às famílias de trabalhadores rurais. Acreditamos nesta metodologia e por isso a consideramos como nosso princípio de atuação. A comunidade deve estar envolvida em todas as etapas do processo. Isso confere legitimidade às ações e, mais do que isso, é uma forma de apoiar, de contribuir para o protagonismo, para a emancipação das populações do campo.

A experiência do povo do Prado já foi amplamente compartilhada em diversos espaços, como escolas, sindicatos, universidades, grupos de pesquisa, associações comunitárias e em diversos assentamentos da Zona da Mata. Além disso, foi compartilhada com comunidades camponesas de outros estados, como Bahia e Minas Gerais, e em encontros nacionais e internacionais que tinham como objetivo debater sobre a reforma agrária e as experiências de luta pela terra.

Outras instituições com experiências similares ou que realizaram práticas parecidas são a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta experiência serve como exemplo e deve ser compartilhada entre organizações sociais que atuam com a pauta da reforma agrária e principalmente com outras comunidades camponesas, em particular entre grupos de trabalhadores rurais sem terra, que encontram-se em processo de organização e em luta pela reforma agrária e pela garantia de direitos.